



PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 005/2026
Chamamento Público Nº 0003/2025
Processo Administrativo n. 5130/2025

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 005/2026 PARA DESTINAÇÃO DE BENS MÓVEIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA - ES E ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ALTO JOATUBA – AFAJO.

O **MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA - ES**, Estado do Espírito Santo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob n.º 31.796.097/0001-14 com sede estabelecida à Avenida Luiz Obermuller Filho, n.85, Centro, Laranja da Terra/ES, doravante denominado **PARCEIRO PÚBLICO** neste ato representado pelo Sr. **JOADIR LOURENÇO MARQUES**, Prefeito Municipal, Laranja da Terra/ES, inscrito no CPF sob n.º [REDACTED], e por outro lado **ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ALTO JOATUBA** com sede Alto Joatuba, Zona Rural, Distrito de Joatuba, em Laranja da Terra/ES, inscrita no CNPJ sob n.º 49.590.064/0001-89, doravante denominada **PARCEIRO PRIVADO**, neste ato representada pelo Presidente, pelo Sr. **ALEXANDER GASPARINO**, inscrito no CPF sob n.º [REDACTED], RG nº [REDACTED], residente e domiciliado em Alto Bananal, Zona Rural, Município de Itarana – ES e tendo em vista o que consta no **Chamamento Público nº 0003/2025**, e com fundamento no que dispõem a Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, Decreto Municipal nº 226/2017, e demais legislações, resolvem celebrar o presente acordo mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO PACTUADO

O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a **seleção de projetos para celebração de Acordo de Cooperação entre pessoa jurídica (para fins não econômicos) com o Município de Laranja da Terra, para destinação de equipamentos agrícolas** e contrato de doação SEAG nº 0211/2025; 0113/2025; 0276/2025; 0276/2023; 0278/2019; 0286/2019; 0299/2019; 0330/2019; Pregão Presencial 14/2018, oriundos de emenda parlamentar, alocados na Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), que se realizará por meio do estabelecimento de vínculo de Cooperação para atender as necessidades de pequenos produtores rurais a fim de fortalecer a agricultura familiar no Município de Laranja da Terra – ES, o equipamento destinado à Associação dos Agricultores Familiares de Alto Joatuba é:

- **DESCASCADOR CONJUGADO**: para benefício do café com elevador, modelo PA – DESC/800 de 800@ com capacidade para até 20sc/h – Marca nº 7588, nota fiscal nº 181437, estado de conservação ÓTIMO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO, DAS METAS, DOS INDICADORES DE DESEMPENHO E DA PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS.

O detalhamento dos objetivos, das metas, dos resultados a serem atingidos, do cronograma de execução, dos critérios de avaliação de desempenho, com os indicadores de resultados, e a previsão de receitas e despesas, na forma do art. 42 da Lei nº 13.019/14, consta do Plano de



PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Trabalho proposto pelo PARCEIRO PRIVADO e aprovado pelo PARCEIRO PÚBLICO, sendo parte integrante e indissociável deste Acordo de Cooperação, conforme anexo único.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Plano de Trabalho poderá ser ajustado de comum acordo entre as partes, por meio de celebração de Termo Aditivo, quando se tratar de quaisquer ajustes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, Decreto Municipal nº 226/2017, e demais legislações, são obrigações:

I – DO PARCEIRO PRIVADO

a – executar, conforme aprovado pelo PARCEIRO PÚBLICO, o Plano de Trabalho, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;

b – observar, no transcorrer da execução de suas atividades, as orientações emanadas do PARCEIRO PÚBLICO, elaboradas com base no acompanhamento e supervisão;

c- responsabilizar-se, integralmente, pelos encargos de natureza trabalhista e previdenciária, referentes aos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Acordo de Cooperação, decorrentes do ajuizamento de eventuais demandas judiciais, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;

d – indicar pelo menos um responsável pela boa administração e aplicação dos recursos recebidos, cujo nome constará do extrato deste Acordo de Cooperação a ser publicado pelo PARCEIRO PÚBLICO.

e – Manter os bens em perfeito estado de conservação e uso, não podendo transferi-los a outrem, ficando sob sua responsabilidade a fiscalização de uso do referido bem;

f – Devolver o bem, objeto deste instrumento, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste normal, tanto na hipótese de término do prazo estabelecido neste Acordo de Cooperação, como no caso de sua rescisão antecipada.

g – Em caso de perda, a qualquer título, ou dano no bem cedido, ressarcir o PARCEIRO PÚBLICO pelos prejuízos causados, podendo, a critério do PARCEIRO PÚBLICO, essa reposição ser realizada por bem de igual valor, espécie, qualidade e quantidade.

h – Permitir ao PARCEIRO PÚBLICO a fiscalização do bem quando entender necessário a qualquer tempo.

i – Arcar com as despesas de transporte, seguro ou quaisquer outras que venham a incidir sobre o bem, objeto da presente Cessão de Uso do Bem Público.

j – Compromete-se a encaminhar ao PARCEIRO PÚBLICO, quando solicitado, um relatório sobre as condições de uso, local e estado de conservação do bem cedido.

k - Selecionar os beneficiários no Município de Laranja da Terra - ES;

l - Garantir a estrutura física, para armazenamento e conservação dos bens;

m - Garantir a realização das manutenções necessárias aos equipamentos, bem como bem reparos quando necessário;

n - Apresentar Plano de Trabalho para utilização dos equipamentos na comunidade;

o - Responsabilizar pela organização e gestão do projeto, com elaboração de relatório técnico;



PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

p - Os pequenos produtores a serem beneficiados com a entrega dos referidos equipamentos utilizarão os mesmos para fins de melhora na produção e redução de custos, fortalecendo a agricultura familiar.

q - Manter os bens em perfeito estado de conservação e uso, não podendo transferi-los a outrem, ficando sob sua responsabilidade a fiscalização de uso do referido bem;

r - Devolver o bem, objeto deste instrumento, em perfeitas condições, ressalvado o seu desgaste normal, tanto na hipótese de término do prazo estabelecido neste Termo, como no caso de sua rescisão antecipada.

s - Em caso de perda, a qualquer título, ou danos no bem cedido, ressarcir o **PARCEIRO PÚBLICO** pelos prejuízos causados, podendo, a critério do **PARCEIRO PÚBLICO**, essa reposição ser realizada por bem de igual valor, espécie, qualidade e quantidade.

t - Permitir o **PARCEIRO PÚBLICO** a fiscalização do bem quando entender necessário a qualquer tempo.

u - Compromete-se a encaminhar à Secretaria Municipal de Agricultura, quando solicitado, um relatório sobre as condições de uso, local e estado de conservação do bem cedido.

II – DO PARCEIRO PÚBLICO

a – acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução deste Acordo de Cooperação, de acordo com o Programa de Trabalho aprovado;

b – publicar no Diário Oficial dos Municípios (DOM ES) o extrato deste Acordo de Cooperação e de seus aditivos, no prazo máximo de quinze dias após sua assinatura;

c – prestar o apoio necessário ao **PARCEIRO PRIVADO** para que seja alcançado o objeto deste Acordo de Cooperação em toda sua extensão;

d – fornecer ao Conselho de Política Pública (quando houver) da área correspondente à atividade ora fomentada, todos os elementos indispensáveis ao cumprimento de suas obrigações em relação a este Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente Acordo de Cooperação vigorará por 10 anos a partir da data de publicação do respectivo extrato pelo **PARCEIRO PÚBLICO**, em sua Imprensa Oficial (DOM ES).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Findo o Acordo de Cooperação e havendo adimplemento do objeto junto ao **PARCEIRO PRIVADO**, o **PARCEIRO PÚBLICO** poderá, com base na indicação da Comissão de Avaliação, e na apresentação de Programa de Trabalho suplementar, prorrogar este Acordo de Cooperação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Havendo inadimplemento do objeto junto ao **PARCEIRO PRIVADO**, o **PARCEIRO PÚBLICO** poderá, desde que não haja alocação de recursos públicos adicionais, prorrogar este Acordo de Cooperação, por indicação da Comissão de Avaliação, ou requerer a devolução do bem e/ou outra medida que julgar cabível.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nas situações previstas nos parágrafos anteriores, a Comissão de Avaliação deverá se pronunciar até trinta dias após o término deste Acordo de Cooperação, caso contrário, o **PARCEIRO PÚBLICO** deverá decidir sobre a sua prorrogação ou não.

CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

A prestação de contas deverá ser feita de acordo com o previsto no plano de trabalho e obrigatoriamente deverá ser ANUAL, e apresentada no prazo de até trinta dias após o fim de cada exercício financeiro (Artigo 67 e seguintes do Decreto Municipal nº 226/2017).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os documentos que devem ser apresentados na prestação de contas:

I - Relatório de execução do objeto emitido pela organização da sociedade civil, do período da prestação de contas, devendo conter obrigatoriamente:

- a) Ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- b) Alcance das metas;
- c) Justificativa de não alcance de metas, se for o caso;
- d) Documentos comprobatórios do cumprimento do objeto, tais como lista de presença, relatórios fotográficos, dentre outros;
- e) Parecer técnico emitido pelo gestor da parceria e aprovado pelo Administrador Público Municipal responsável pela política pública, devendo abranger, no mínimo, os resultados já alcançados e seus benefícios, os impactos econômicos ou sociais, o grau de satisfação do público--alvo, a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

II - Declaração de alcance dos objetivos a que se propunha o instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando da apresentação e apreciação da prestação de contas deverá ser observado previsto no Capítulo IV da Lei 13.019/14 e suas alterações, no que couber às parcerias celebrados por Acordo de Cooperação, as quais não envolvem a transferência de recursos públicos.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO

A execução do objeto do presente Acordo de Cooperação será acompanhada e fiscalizada através do Gestor da Parceria nomeado através da Portaria Municipal nº 0285/2025 e a Comissão de Monitoramento e Avaliação por meio do Decreto nº 0464/2025 e 0656/2025.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRERROGATIVA DO PARCEIRO PÚBLICO

É atribuído ao **PARCEIRO PÚBLICO** a prerrogativa para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, se for o caso.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO, DEVOLUÇÃO DO BEM, INEXECUÇÃO E DAS SANÇÕES

É facultado aos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, por acordo entre as partes ou administrativamente, desde que seja requerido o prazo mínimo de antecedência de 60 (sessenta) dias.

PARAGRÁFO PRIMEIRO - O presente Acordo de Cooperação também poderá ser rescindido, independente das demais medidas cabíveis, nas seguintes situações:

I – se houver descumprimento, ainda que parcial, das Cláusulas deste Acordo de Cooperação;
e



PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

II – unilateralmente pelo **PARCEIRO PÚBLICO** se, durante a vigência deste Acordo de Cooperação, a **PARCEIRA PRIVADA** perder, por qualquer razão, a qualificação como “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público”.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso o **PARCEIRO PÚBLICO** venha a necessitar do bem objeto deste instrumento, a qualquer momento poderá revogar a presente Cessão de Uso, onde obrigatoriamente o bem deverá ser devolvido em perfeitas condições no prazo de 60 (sessenta) dias, sendo que o descumprimento desse prazo implicará na imediata rescisão contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da **PARCEIRA PÚBLICA**, a Administração Pública Municipal poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela administração e execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

PARÁGRAFO QUARTO - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste Decreto e da legislação específica, a Administração Pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

PARÁGRAFO QUINTO - As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO SEXTO - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PARAGRÁFICO SÉTIMO - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Laranja da Terra, Estado do Espírito Santo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, sendo obrigatória prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura do **PARCEIRO PÚBLICO**.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

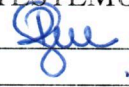
Laranja da Terra – ES, 06 de maio de 2026.



JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal


ALEXANDER GASPARINO
Presidente

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ALTO JOATUBA

TESTEMUNHAS:







PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 005/2026

Chamamento Público nº 003/2025

Processo Administrativo nº 5130/2025

PARCEIRO PÚBLICO: MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA

PARCEIRA PRIVADA: ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ALTO JOATUBA – AFAJO

OBJETO: O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a **seleção de projetos para celebração de Acordo de Cooperação entre pessoa jurídica (para fins não econômicos) com o Município de Laranja da Terra, para destinação de equipamentos agrícolas e contrato de doação SEAG nº 0211/2025; 0113/2025; 0276/2025; 0276/2023; 0278/2019; 0286/2019; 0299/2019; 0330/2019; Pregão Presencial 14/2018, oriundos de emenda parlamentar, alocados na Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), que se realizará por meio do estabelecimento de vínculo de Cooperação para atender as necessidades de pequenos produtores rurais a fim de fortalecer a agricultura familiar no Município de Laranja da Terra – ES, o equipamento destinado à Associação dos Agricultores Familiares de Alto Joatuba é:**

- DESCASCADOR CONJUGADO: para benefício do café com elevador, modelo PA – DESC/800 de 800@ com capacidade para até 20sc/h – Marca nº 7588, nota fiscal nº 181437, estado de conservação ÓTIMO.

VIGÊNCIA: 10 (dez) anos a partir da data de publicação.
Laranja da Terra/ES, 06 de maio de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO PREFEITO

Publicado no Mural da PM Laranja da Terra nos termos do Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal.

Em: 07/05/26

PORTARIA Nº 0710/2026

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE GESTOR DA PARCERIA.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 68 da Lei Orgânica Municipal nº 043/90;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor GILMAR RATUNDE, CPF nº 013.565.907-80 como Gestor da parceria, respectivamente, na condição de titular, para gerir a execução do Acordo de Cooperação decorrente do Chamamento Público n.º **0003/2025**, celebrado pelo **MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA** que tem por objeto a SELEÇÃO DE PROJETOS PARA CELEBRAÇÃO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE PESSOA JURÍDICA (PARA FINS NÃO ECONÔMICOS) COM O MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA/ES, PARA DESTINAÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E CONTRATO DE DOAÇÃO SEAG Nº 0211/2025; 0113/2025; 0276/2025; 0276/2023; 0278/2019; 0286/2019; 0299/2019; 0330/2019; PREGÃO PRESENCIAL 14/2018, ORIUNDOS DE EMENDA PARLAMENTAR, ALOCADOS NA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, AQUICULTURA E PESCA (SEAG), QUE SE REALIZARÁ POR MEIO DO ESTABELECIMENTO DE VÍNCULO DE COOPERAÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS A FIM DE FORTALECER A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA/ES, nos termos do Decreto nº 1.047, de 08 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE E ARQUIVE-SE.

Laranja da Terra/ES, 07 de maio de 2026.


HELIO STORCH
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO


JOADIR LOURENÇO MARQUES
PREFEITO MUNICIPAL